



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011457-70.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **João Luiz Di Lorenzo Thomaz**  
 Requerido: **Extra - Companhia Brasileira de Distribuição**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**Dispensado o relatório. Decido.**

Trata-se de ação em que o autor pede a condenação do réu (a) na obrigação de fazer consistente em vender-lhe a geladeira e o fogão pelos preços anunciados apenas para compra com Cartão Extra, mas sem o referido condicionamento (b) ao pagamento de indenização por danos morais.

O art. 39, I do CDC é claro quanto ao seu sentido e alcance: não se pode condicionar o fornecimento de um produto/serviço ao fornecimento de outro produto/serviço. Percebe-se o que a lei impede está tratando do fornecimento, e não das condições de preço e forma de pagamento.

Feita essa distinção, inexistiu venda casada na hipótese em tela, porque as fotografias de folhas 11/25 comprovam que não havia qualquer impedimento, ao autor, de adquirir a geladeira e o fogão por outros meios que não o Cartão Extra. O uso do Cartão Extra apenas possibilitava melhor preço e condições de pagamento, situação distinta e, como vista, não alcançada pela proibição do art. 39, I do CDC.

Também deve ser rejeitado o pedido indenizatório.

A contratação não é obrigatória para o fornecedor, ante o princípio



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

da liberdade de contratar, corolário da autonomia da vontade e da livre iniciativa (art. 170, parágrafo único da Constituição Federal), mesmo porque ninguém está obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude de lei (art. 5º, II, Constituição Federal). Por essa razão, a instituição financeira não era obrigada a aprovar a concessão do crédito ao autor ("Cartão Extra").

A avaliação, feita pela instituição financeira, sobre se contratará ou não, é bastante ampla, e certamente não leva em consideração apenas o fato de o interessado estar ou não com o "nome limpo". São considerados outros tantos fatores relativos ao perfil financeiro e o patrimonial mais geral do consumidor.

Verdade que o autor possivelmente poderia exigir informações sobre os parâmetros que levaram a instituição financeira, provavelmente através do sistema de *credit scoring*, a negar a concessão do crédito (STJ, REsp 1.457.199/RS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 2ªS, j. 12/11/2014).

Todavia, o descumprimento desse dever informacional, naquele momento específico, não gera dano moral indenizável, mesmo porque o *credit scoring* é realizado pela instituição financeira coligada (Itaú) e não pelo supermercado (Extra), de modo que é plausível supor que os prepostos do Extra não dispusessem das informações pretendidas, naquele momento e naquele local.

Noutro giro, reputo ausente dano moral indenizável pela circunstância de a preposta do estabelecimento ter afirmado ao autor "que o nome dele não tinha sido aprovado, que o problema dele não era com o Extra, e sim com o Itaú" (folha 173).

O dano moral é bem entendido como o dano extrapatrimonial, isto é, a lesão a interesse não diretamente suscetível de avaliação econômica (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359).

Segundo a jurisprudência, somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

No caso dos autos, entendo que a gerente, com sua fala, não adotou o melhor comportamento esperado e exigível, entretanto esse fato não foi suficiente para configurar dano moral suscetível de lenitivo pecuniário.

Note-se, no contexto relatado pelo autor e pela testemunha, que a gerente não difamou o autor, tendo nas circunstâncias mencionado a ausência de aprovação do crédito num contexto de justificar que a recusa não foi feita pelo Extra, e sim pela instituição financeira, assim ela não poderia, pessoalmente, agir de modo a resolver esse problema.

**Julgo improcedente a ação.**

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 12 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**